



Title	"Uma história sem farpas" : Apontamentos sobre a História dos imigrantes japoneses no Brasil (1870-1917)
Author(s)	Dezem, Rogério Akiti
Citation	ブラジル研究. 2016, 12, p. 1-32
Version Type	VoR
URL	https://hdl.handle.net/11094/106552
rights	
Note	

The University of Osaka Institutional Knowledge Archive : OUKA

<https://ir.library.osaka-u.ac.jp/>

The University of Osaka

“Uma história sem farpas”: Apontamentos sobre a História dos imigrantes japoneses no Brasil (1870-1917)

Rogério Akiti Dezem

Introdução

Podemos dizer que a estruturação de uma política emigratória por parte do governo japonês, principalmente a partir de 1885, foi um reflexo direto de algumas reformas como a Reforma dos Impostos sobre a terra (jap. 地租改正 1873), instituídas pelo governo a partir da Restauração Meiji (jap. 明治維新 1867-1868). A estratégia de dar suporte a uma política efetiva de emigração foi na realidade uma tentativa de sanar as debilidades de um Estado em vias de modernização. Um dos principais objetivos era o de diminuir o excedente populacional nas regiões rurais, visando atenuar as tensões sociais latentes.

Afirmar-se como potência asiática em franca ascensão perante o Ocidente era a grande obsessão da classe dirigente nipônica. Dessa forma, a política emigratória e de colonização posta em prática no período, tornou-se um elemento importante para a

construção e manutenção do “Grande Japão” (jap. 大日本帝國) nas primeiras quatro décadas do século XX.¹

Um dos efeitos práticos dessa política foi o surgimento na região Sudeste do Brasil, principalmente nas décadas de 1910 e 1920, de núcleos coloniais japoneses. Denominados simplesmente de “Colônia” pelos próprios imigrantes japoneses ao longo dos anos, esse universo simbólico, era muito mais *imaginado* do que propriamente ligado por fronteiras geográficas. Sua organicidade se dava por meio da preservação da língua japonesa, da criação de associações locais e regionais, da circulação de jornais desde a década de 1910 e também de atividades esportivas como campeonatos de sumô e beisebol.

Percebemos a partir das narrativas sobre o cotidiano dos imigrantes pioneiros (por exemplo, na obra do memorialista Tomoo Handa) que os liames que alinhavaram as relações entre os imigrantes japoneses nas décadas de 1910 e 1920, possuíam um forte caráter solidário. Foi a partir dos anos de 1930, graças a acontecimentos externos e internos ao universo *imaginado* (“Colônia”) dos japoneses e seus descendentes, que irão ocorrer as primeiras fissuras nesse universo em construção.

Nas áreas de Antropologia, Sociologia e Demografia, ótimas pesquisas sobre os imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil vem sendo publicadas desde o final da década de 1940. Já no campo da História, os estudos relativos à imigração japonesa em terras brasileiras está “um passo atrás”. Principalmente se

compararmos o volume e a qualidade dos estudos de cunho socioantropológicos produzidos nos últimos 20 anos. Nosso objetivo neste artigo é apresentar alguns fatos “esquecidos” pela historiografia do tema, analisando alguns aspectos relativos ao período histórico compreendido entre as décadas de 1870 e 1910. Gostaríamos de questionar também, além da narrativa do processo histórico que acabou por construir uma memória oficial sobre a imigração japonesa, os seus “silêncios”, ou seja, o “não dito”.²

A memória histórica sobre a imigração japonesa no Brasil, foi construída a partir de discursos que ao se cruzarem, acabaram por constituir uma narrativa sob a égide de uma “história sem farpas”, ou seja, acabaram por sedimentar uma memória histórica de uma imigração “sem conflitos”. Uma hipótese para essa afirmação se deve à influência do neoconfucionismo que passou a alinhar a tessitura social nipônica desde o final do século XIX. No qual a *harmonia* (jap. 和, lê-se *wa*) e o sentimento de *cooperação* se tornaram os pilares sociais pós-Meiji. Esse *modus operandi* comportamental atravessou o globo com os imigrantes japoneses e foi o *leitmotiv* da manutenção do sentimento de pertencimento do que veio a ser chamada “Colônia Japonesa”.

Em seu *background* os primeiros japoneses que desembarcaram em São Paulo, traziam dentro de si a simbiose entre um Japão “tradicional” e “moderno”. Em sua maior parte estes pioneiros eram sujeitos/objetos do turbilhão de mudanças desencadeados pelas transformações que ocorriam no país desde a

chegada do Comodoro Perry e seus “navios negros” (jap. 黒船) em 1854.

Esses imigrantes, ao mesmo tempo em que eram considerados “bravos e leais súditos do Imperador além-mar” no discurso do governo Meiji, eram também considerados por muitos de seus conterrâneos como “mortos vivos que partem em busca das árvores dos frutos de ouro” (HANDA, 1980:99). Em uma definição menos lírica e mais realista, aos olhos da elite Meiji que se consolidava na desigual sociedade japonesa da época, tratavam-se de “párias sociais que partiam em busca de uma ilusão”.

1. Antecedentes...

No último quartel do século XIX, o mundo passava por rápidas transformações, a lógica da divisão internacional do trabalho não poupava aquelas nações que estivessem aquém de suas prerrogativas básicas: *Indústria, Urbanização e Imperialismo*. Foi nesse contexto que o pequeno arquipélago japonês deveria se adaptar a essa nova realidade. Ser japonês aos olhos do mundo ocidental naquele momento era representar uma nação do Extremo-Oriente em ascensão, na qual elementos exóticos, como *gueixas* e *samurais* ainda alimentavam o curioso pensamento ocidental. Mas a imagem dos imigrantes japoneses era constituída não só por elementos positivos, mas também negativos. *Enigmáticos*, daí a expressão “sorriso amarelo”, *fisicamente inferiores e de cor âmbar*, *traícoiros*, enfim podemos notar que haviam estereótipos

relacionados a este imigrante que desde 1868 se aventurava além-mar na lavoura de cana-de-açúcar no Havaí. Eram os primeiros *dekassequinin* (literalmente: “povo que sai para ganhar a vida”) em terras americanas.³

Naquele momento o governo do Japão estava estruturando sua política emigratória, a partir de Companhias de Emigração com os seus (depois) famosos *marus*. Contingência histórica, o fato foi que esta política deveria ser um das soluções para a crise demográfica crescente desde a década de 1870 no país do Sol-Nascente.

Neste universo de transformações a situação brasileira pode ser considerada diametralmente oposta à japonesa. O fim do tráfico de escravos (1850), associado posteriormente ao movimento abolicionista e imigrantista e ao *boom* da cafeicultura no estado de São Paulo, deram origem a debates em assembléias, congressos e até no Senado sobre quem deveria substituir a “quase finada” escravidão negra. A partir de argumentos históricos, preconceituosos e racistas, as oligarquias agrárias do Império optaram por descartar a mão-de-obra negra (sinônimo de *atraso*) e o trabalhador nacional (sinônimo de *preguiça*), resolvendo-se por trazer, como elemento *transitório* (DEZEM, 2005: 61-73) o imigrante chinês ou simplesmente *chim*, considerado pelos fazendeiros um elemento *mais barato e dócil*, se comparado ao imigrante europeu. Pela primeira vez na história nacional se debatia oficialmente sobre a vinda ou não de orientais ao país. Era a Questão Chinesa (1879) que tomava corpo entre as elites agrárias e

representantes do governo. Entre os defensores da vinda destes imigrantes se encontrava Moreira de Barros, Ministro dos Negócios Estrangeiros que afirmou: “*Pode-se chamar os chins de raça inferior, mas onde eles se estabeleceram não de multiplicar-se, crescer, espalhar-se por toda parte, e ainda que a raça superior os domine, os escravize, os governe, qualquer que seja o futuro da raça branca no mundo, onde eles obtiverem uma pátria, não de fatalmente ocupar o país. Para isso basta-lhes viver, o que eles conseguem nas piores condições*” (Idem: 97).

A lavoura de café se expandia rapidamente pelo antigo Oeste Paulista (Jundiaí, Campinas, Ribeirão Preto entre outras cidades da região) e com isso, a necessidade de mão-de-obra se tornou o principal tema de debates entre os cafeicultores nos anos de 1870 e 1880. A construção da identidade nacional passava pela questão imigratória. O imigrante branco, europeu e católico era o mais desejado, pois deveria vir trabalhar e colonizar, além disso, ele deveria contribuir para “branquear” a população “mestiça” brasileira. Inicialmente existiam dificuldades em conseguir trazer este “imigrante ideal”, pois os desejados imigrantes italianos, espanhóis, suíços, alemães preferiam emigrar para os Estados Unidos e a Argentina. Portanto, “fazer a América” para estes emigrantes tinha outras cores nacionais que não o verde e amarelo brasileiro.

A existência da escravidão no Brasil dificultava ainda mais a atração de imigrantes europeus. Pensou-se então, em trazer mão-de-obra em caráter de urgência ou de “transição”, até que o país estivesse preparado para receber os *superiores* europeus. Tentou-se

a imigração chinesa, que na realidade estava associada a uma rede de tráfico amarelo, na qual boa parte dos trabalhadores, conhecidos como *coolies*, eram aliciados de forma violenta nos portos de Hong Kong, Amoy, Cantão e Macau. Nestes locais grupos de chineses (*coolies*) eram amontoados em barracões, seminus, com uma placa pendurada ao pescoço na qual estava pintada a letra do ponto a que se destinavam, poderia ser C (Califórnia), P (Peru), H (Havana) ou S (Ilhas Sandwich, atual Havaí). Em sua maioria eram recrutados individualmente, fazendo com que sua procedência na maioria dos casos fosse de condenados, prisioneiros de guerra vendidos, jogadores endividados, aldeões e pescadores tomados à força. Este novo modelo de tráfico teve como primeiro grande destino a colônia espanhola de Cuba na década de 1840. O governo chinês proibia e tentava (ineficazmente) fiscalizar este tipo de tráfico humano, condenado também pela Grã-Bretanha.

Projeto imigratório mais combatido do que defendido nas assembléias, a tentativa de se inserir *chins* para trabalhar na lavoura do café acabou por não vingar. O estigma chinês de país derrotado e conquistado pelas potências européias, além de o *chim* ser visto como “indolente, fraco, sujo, racialmente inferior”, fizeram com que este projeto fracassasse. Sujeito anaforizado nos discursos das elites agrárias, o *chim* compôs a primeira “matiz do amarelo” (Ver DEZEM, 2005) em terras brasileiras. Pouco mais de 3.000 chineses aportaram no Brasil ao longo do século XIX, a maioria acabou dispersando-se pelo território brasileiro.

Por outro lado, enquanto a China vivia um dos momentos mais críticos de sua milenar história, o seu vizinho, Japão rumava para uma posição de destaque na Ásia. Naquele momento, alguns elementos do *ethos* nipônico (na filosofia o *Bushido* e o neoconfucionismo, no campo religioso o xintoísmo, no literário o *Kojiki*) passam a ser apropriados pelo nascente nacionalismo e que associados a modelos ocidentais (legislação, organização militar, educação) se mesclaram, culminando com o culto ao Imperador (*Tenno*) e criando as bases para uma política de caráter militarista-expansionista, a partir da doutrina *Okuma* ⁴, uma espécie de doutrina *Monroe à japonesa*. Como uma balança que representasse o jogo de poderes no Extremo Oriente, um gigante descia, a China, enquanto que uma diminuta nação ascendia, o Japão⁵. O ponto de partida desse rápido processo foi a Restauração Meiji, importante momento da história nipônica para que se possa compreender o nascimento do Japão Moderno.⁶ Segundo o historiador japonês Irokawa Daikichi, em termos culturais: “*A Era Meiji foi a mais turbulenta de toda a história do Japão (...). Comparada com a confusão desatada durante o período (...) toda influência anterior foi de alcance restrito e de pouco impacto (...)*”. Ocorreu um verdadeiro *tsunami* ocidental de obras e ideias que iam desde o antropocentrismo renascentista à austeridade vitoriana (COLCUTT et al.2008: 178) .

O historiador holandês Ian Buruma observa que o pensamento ocidental que após 1880 passou a ser combatido pelos nativistas japoneses, serviu inicialmente para emancipar o Japão da órbita cultural chinesa (BURUMA, 2004:22). Modernizar-se sem

perder a essência era o desafio japonês, aproximando o saber ocidental à moral japonesa. Na mentalidade da maioria da elite governante nipônica do período o objetivo era “*usar os bárbaros para controlar os bárbaros*” (ORTIZ, 2000:54). Pode-se perceber desta forma que a *intelligentsia* japonesa nunca esteve interessada realmente em absorver a cultura ocidental, mas sim, sua tecnologia.

Um dos maiores temores do governo japonês era sucumbir ao poderio ocidental como havia ocorrido com a China. No entanto, os deuses estavam ao lado dos nipônicos, como podemos notar nas palavras do filósofo japonês K. Nishida: “*Os céus preconizavam (...) uma moralidade bem distinta dos tempos Tokugawa; já não bastava o Japão se confinar a seu isolamento geográfico, caberia a ele a missão de edificar uma Ásia Oriental...*” (Idem: 28).

Missão que associada a uma mistura de admiração e temor frente as potências ocidentais (Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Alemanha), mas de extrema confiança nos “deuses e no Imperador”, se transformou no motor das diretrizes tomadas pelo novo governo japonês. Várias dificuldades foram enfrentadas: revoltas de ex-samurais e da população (que de instantes de euforia, passaram rapidamente para protestos e revoltas), conspirações ultranacionalistas, crises agrárias, explosão da taxa de natalidade, mas em um curto espaço de tempo o país conseguiu solucionar ou contornar seus principais problemas. Uma das soluções encontradas foi o desenvolvimento de uma eficiente política educacional, baseada no Édito para Educação (jap. 教育ニ関スル勅語 1890), na

criação de escolas, universidades e também no fortalecimento da crença no Espírito de Imbatividade (jap. 大和魂) e no Niponismo (jap. 日本主義) como elementos de coesão nacional. A crença exacerbada nesses princípios, foram em grande parte, responsáveis por um projeto de expansão militar⁷ que levou ao desastre japonês na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

No Brasil, com os projetos de imigração chinesa descartados, começou-se a se aventar no início da década de 1890 a vinda de imigrantes japoneses. O fim da escravidão (1888) e a queda da monarquia brasileira cedem lugar, nas palavras o historiador Renato Lessa, à “invenção republicana” (Ver SALES, 1991). República que, mesmo vivenciando seus anos entrópicos (1889-1898), passou a dar um tom mais eficiente a política imigratória brasileira.

No caso da imigração oriunda da Ásia, após algumas tentativas frustradas em se celebrar um tratado de amizade, comércio e navegação, em 1893 uma missão diplomática brasileira foi enviada ao Extremo Oriente (China e Japão). Representada pelo barão de Ladário, seu objetivo era consolidar oficialmente relações diplomáticas e sondar a possibilidade em se trazer novos imigrantes. A missão não chegou ao seu final, mas o parecer do barão ao então presidente da República Floriano Peixoto é bem interessante, pois Ladário define a imigração chinesa como “um mal moral para o Brasil”, enquanto que no Japão haveria trabalhadores “melhores e mais econômicos”(DEZEM, 2005:111).

A “Questão japonesa” tomava corpo e após alguns debates na Câmara dos deputados e no Senado, Carlos de Carvalho, Ministro de Relações Exteriores, entrava em contato com o governo Meiji para assinar acordos comerciais. Segundo Carvalho, os japoneses iriam “aviventar as forças agrícolas e industriais do país”.

Produto desta iniciativa, o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação foi assinado por ambos em Paris na data de 05 de novembro de 1895. O tratado foi celebrado em três línguas (português, japonês e francês), pois caso houvesse alguma divergência na interpretação dos textos em português ou japonês, o texto em francês seria consultado. Além disso, outro elemento interessante presente no tratado está relacionado com sua duração, que seria de doze anos e não apenas cinco anos como era de costume. Começava a efetivamente ser pavimentada a trilha que traria os primeiros japoneses ao Brasil, que de sujeitos presentes apenas nos discursos parlamentares, *in absentia*, passariam a ser “realidade” na lavoura paulista de café no início do século XX.

2. As políticas migratórias...

Entre as décadas de 1870 e 1890 a estratégia dos oligarcas Meiji foi a de não interferir diretamente na maior parte dos setores da economia nipônica deixadas nas mãos do setor privado, concentrando-se apenas no setor de defesa (militar) . Esse modelo econômico colocado em prática foi representado no lema “País rico, exército forte” (jap. 富国強兵), criando as bases para o militarismo

nipônico nas décadas seguintes. No entanto, a competição feroz desencadeada entre os investidores nativos mais abastados, como alguns membros da classe de ex-samurais, comerciantes e políticos liberais, colocou em risco os interesses nacionais (NINOMYA, 1996:250) em favor da lógica do mercado. No alvorecer do Japão que se queria “moderno”, escolher entre a ética samurai e o espírito do capitalismo, não era apenas uma questão de nomenclatura para as camadas mais altas da população, mas sim uma possibilidade real de se especular com capital financiado pelo próprio governo. No entanto, para evitar a crescente liberalização da economia, o governo japonês passou a intervir de maneira mais objetiva, por meio de investimentos dirigidos e regulamentações (legislação) em setores chave, entre eles a emigração. Em meio aos efeitos da primeira crise econômica nos moldes capitalistas vivenciada pelo país em 1890, o governo japonês criou o Departamento de Colonização (1891) e alguns anos depois promulgou a Lei de Proteção aos Emigrantes (jap. 移民保護法, 1896), dando os primeiros passos efetivos para estruturação da emigração como uma política de Estado. Pode se afirmar que a opção por uma estatização da política emigratória foi resultado, em grande parte, da estratégia expansionista japonesa na Ásia.

No Japão as companhias de emigração particulares e o governo Meiji já vinham experimentando modelos de emigração e colonização, inicialmente em algumas ilhas na Ásia, no Havaí e posteriormente na América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e

do Sul (México, Peru e Brasil entre outros). A pioneira foi a Companhia de Emigração *Kichisa* criada em 1891. No entanto, o total de companhias de emigração nunca ultrapassou quatro dezenas. Em 1903 o número de companhias era de 36, decrescendo para 23 em 1908 e um ano depois, restavam apenas cinco companhias de emigração (MITA, 1999:25). Fatores como a propaganda enganosa por parte das companhias, fato que levou a queixas e a instauração de processos efetuados pelo próprio governo japonês contra as mesmas, falência por falta de capital, a restrição da entrada de imigrantes japoneses nos Estados Unidos e outros países da América e, conseqüentemente, a diminuição do fluxo de emigrantes, foram um duro golpe para essas empresas.

Diferentemente das nações emigrantistas europeias, notamos que após as primeiras experiências negativas na América, o Japão, antes de enviar emigrantes para o exterior, passou a tomar certas medidas, como supervisionar diretamente as companhias emigratórias. Além disso, o governo japonês almejava que a emigração de seus naturais tivesse caráter permanente. O emigrante dessa forma se tornava um legítimo representante do Império do Sol em solo estrangeiro, pois se procurava consolidar, positivamente, a imagem do povo japonês junto aos países ocidentais. Aqueles japoneses que por uma série de razões, se aventurassem como emigrantes, se tornavam automaticamente aos olhos do governo japonês, “pequenos embaixadores”, legítimos representantes do Japão e da *raça japonesa* no exterior. Por outro lado, na mentalidade dos milhares de japoneses que embarcavam no porto de Kobe para trabalhar

como colonos no exterior, a emigração tinha caráter temporário. Mesmo com objetivos diferentes, foi graças às intervenções e o suporte do governo japonês, objetivando a permanência dos seus súditos em território estrangeiro como importantes elementos fomentadores da economia nipônica ultramar, que a política emigratória se tornou, juntamente com o projeto de colonização no Extremo Oriente (Manchúria, Coreia e Taiwan), um dos principais pilares da política externa japonesa ao longo da primeira metade do século XX.

Após a assinatura do Tratado de Amizade (1895), Brasil e Japão esperaram ainda treze anos para efetivar a vinda de imigrantes para o território brasileiro. Outras nações que receberam imigrantes japoneses anteriormente, também tiveram de “esperar”, como por exemplo, México e Peru. No caso mexicano o tratado com o Japão, foi assinado em 1888 e os primeiros imigrantes lá chegaram em 1897 (colônia *Enomoto*), enquanto que Peru e Japão, ratificaram seu Tratado de Amizade em 1875, efetivando a imigração só em 1899.

Com o recrudescimento das campanhas anti-nipônicas na América do Norte, a partir do final do século XIX, o governo japonês, com o seu projeto expansionista e sabedor da necessidade de trabalhadores em alguns países latino-americanos, voltava seus olhos para a América Latina, vista como um “laboratório” para o projeto emigrantista nipônico. Naquele momento, na realidade o que mais preocupava o governo japonês era a manutenção de uma imagem “positiva” de seu emigrante junto ao país que o acolhia,

muito mais do que sua própria situação (YANAGUIDA et al. 1992:182).

Enquanto isso, em 1897, se instalou oficialmente em terras brasileiras a representação diplomática japonesa, representada pelo diplomata *Sutemi Chinda*. Enquanto que em Tóquio, Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, foi enviado como Ministro Plenipotenciário do Brasil em solo japonês. Nesse mesmo ano, a primeira tentativa oficial para se trazer os primeiros imigrantes japoneses veio a fracassar, segundo a companhia japonesa de emigração “por motivos financeiros”.⁸

Desde meados do século XIX, a cafeicultura veio se tornando o elemento diretamente associado às tentativas em se trazer mão-de-obra imigrante, seja italiana, espanhola, alemã, portuguesa entre outras. Com os japoneses não foi diferente. O interesse em novos mercados para o café e o açúcar brasileiro e a necessidade cada vez maior de “braços para a lavoura”, aproximaram os laços entre o governo brasileiro e o japonês. Mas isto ainda não era o suficiente para se criarem laços efetivos entre os dois países.

Além da grande distância, o fato dos salários serem mais baixos no Brasil, a desconfiança por parte de representantes do governo brasileiro com relação à imigração “amarela”, vista por alguns como “racialmente inferior”, suscitavam acalorados debates. Em 1902, Oliveira Lima, Encarregado de Negócios no Japão (1901-1903), escrevia que o governo paulista só teria (...) *a lucrar com a ausência da colonização japonesa e dessa maneira, o Ministério de*

Relações Exteriores seria poupado das reclamações vexatórias que este tipo de imigração produzir (NOGUEIRA, 1973:65).

No entanto, foram basicamente dois acontecimentos que acabaram por determinar a efetivação da vinda dos primeiros imigrantes japoneses para o Brasil: o corte de subsídios por parte do governo italiano para emigrar, conhecido como Decreto *Prinetti* (1902) e o recrudescimento da campanha anti-nipônica, principalmente nos Estados Unidos, culminando com *Gentlemen's Agreement* (1907-1908), que suspendia a entrada de japoneses nos Estados Unidos.

Neste momento o Japão se consolidava como potência emergente no Extremo Oriente ao vencer a Rússia na Guerra Russo-japonesa (1904-1905).⁹ Esses fatores, ocorridos em um breve espaço de tempo, levaram a uma efetiva aproximação entre Japão e Brasil.

Podemos considerar que o primeiro grande propagandista da ida de imigrantes japoneses para o Brasil foi o representante diplomático japonês, *Fukashi Sugimura* (1848-1906), que em abril de 1905, desembarcou no país em substituição a *Noritoko Ôkoshi*. Anteriormente, *Okôshi* em relatório ao governo japonês, havia veemente desaconselhado o envio de emigrantes para o Brasil.

Sugimura (que veio falecer no Brasil em maio de 1906), averiguando a situação vivida por ambos países, afirmava que seria possível a vinda de emigrantes japoneses para São Paulo, onde os futuros colonos trabalhadores encontrariam uma “*rara felicidade e um verdadeiro paraíso*”. Ele foi um dos grandes entusiastas da emigração japonesa para o Brasil, em grande parte, foi graças a seu

relatório publicado em fins de 1905, que possibilitou um olhar mais próximo do governo japonês junto à realidade imigratória em São Paulo.

Ao visitar os estados de Minas Gerais e São Paulo, as mais ricas federações da época, *Sugimura* pode, *in loco*, comparar a situação vivida no Brasil e no Japão, sua terra natal. O diplomata chegou a afirmar que seria possível a vinda de emigrantes japoneses para o estado de São Paulo, cuja capital, segundo ele “*se assemelha a Paris*”. No interior, os futuros colonos trabalhadores encontrariam “*pequenos vales*” onde corriam “*límpidas águas de rios e córregos. Enfim, uma terra extremamente propícia à lavoura. Notam-se extensas lavouras de café e árvores frutíferas*”, isso propiciaria aos futuros emigrantes a possibilidade de uma “*rara felicidade e um verdadeiro paraíso*”.¹⁰

A propaganda para atrair emigrantes era feita pelas companhias em vilas e aldeias do interior do Japão por meio de cartazes, panfletos e palestras que informavam sobre o local para onde se almejava imigrar.¹¹ Qualidades positivas da região de destino, como clima mais ameno, terras férteis, pouco tempo de trabalho e enriquecimento rápido (em média quatro anos) eram os principais argumentos destacados, tornando-se elementos-chave para atrair a grande maioria dos futuros emigrantes que estavam passando por algum tipo de necessidade, pois muitos haviam perdido qualquer perspectiva de progresso na realidade em que viviam. Outra parcela, bem menor, foi atraída pelo idealismo,

espírito de aventura e pela curiosidade de conhecer outras regiões além do pequeno arquipélago nipônico.

Essas referências positivas são, em grande parte, produto das circunstâncias e necessidades dos maiores interessados no projeto, ou seja, o governo japonês e o paulista, que souberam vender a “visão do paraíso” para maioria dos japoneses que embarcavam no porto de Kobe.

Cabe aqui um parênteses sobre o que acabou por se tornar algo recorrente na construção da memória histórica sobre os pioneiros da imigração japonesa no Brasil: a consolidação de alguns personagens do período como os “pais fundadores” do processo migratório. A questão não está na importância do seu pioneirismo, inegável, mas sim na construção de uma memória histórica pautada em uma imagem imaculada de “empreendedores” que nos moldes do discurso nacionalista nipônico do período Meiji - “sacrificaram suas vidas em prol de um ideal: a imigração para o Brasil”. O mote nacionalista presente no Édito para Educação, tornou-se o *leitmotiv* na construção da memória oficial dos imigrantes aqui radicados. “*Sacrificar-se no campo, sacrificar-se na indústria, sacrificar-se na escola, sacrificar-se na caserna, sacrificar-se além-mar...*”. Foi o mantra que a quase totalidade desses japoneses carregavam dentro de si quando desembarcaram em terras brasileiras. Outros, uma minoria, buscava na imigração uma fuga deste universo onde o nacionalismo começava a dar o tom.

A própria figura do diplomata *Fukashi Sugimura*, que juntamente com *Ryo Mizuno*, *Shuhei Uetsuka*, *Teiji Suzuki* e

outros, considerados “pais fundadores” da imigração japonesa no Brasil, são exemplos do que o historiador britânico Peter Burke chama de mito dos “pais fundadores”:

“De uma maneira geral, o que acontece no caso destes mitos é que as diferenças entre o passado e o presente são elididas, e há consequências imprevistas que se transformam em objetivos conscientes, como se a finalidade principal destes heróis do passado fosse veicular o presente – o nosso presente” (BURKE, 1992:250)

“Consequência imprevista” ou “amnésia social”, citando novamente Burke, podem ser presenciadas em um fato na biografia do diplomata *Sugimura* não mencionado na literatura histórica sobre imigração em língua portuguesa. Sua influência direta na trama que levou ao assassinato da última Imperatriz da Coreia, *Myeong Seong*, em Seoul no dia 8 de outubro de 1895.¹² Fato presente em uma série de importantes obras históricas em línguas inglesa e coreana sobre o imperialismo japonês na Coreia, foi “silenciado” dos anais da história dos imigrantes japoneses em terras brasileiras. É a “história sem farpas” da imigração deitando suas primeiras sombras...

Enquanto isso na terra do café, de acordo com um decreto-estadual de dezembro de 1906, o estado de São Paulo subsidiaria as companhias de navegação que oferecessem preços reduzidos aos imigrantes destinados ao estado de São Paulo, que desembarcassem no porto de Santos e fossem enviados a Hospedaria dos Imigrantes. Estes imigrantes deveriam estar constituídos em famílias de no

mínimo três pessoas, não deveriam no porto de embarque portar doenças contagiosas, defeitos físicos, qualquer tipo de doença mental, nem deveriam ser vagabundos, criminosos ou mendigos. Caso a companhia de emigração infringisse estes requisitos ficaria sujeita a multa (NOGUEIRA, 1973: 72-73).

No mesmo ano, se instalava em São Paulo a primeira casa comercial japonesa, chamada *O Japão em São Paulo*, dirigida pela firma *Fujisaki*. Ainda em 1906, incentivados pelo Relatório *Sugimura*, um grupo de seis famílias de imigrantes livres (espontâneos), fazia história ao se instalar na Fazenda Santo Antônio, em Macaé, no estado do Rio de Janeiro. As famílias pioneiras eram os *Honda*, *Kumabe*, *Yassuda*, *Marutama*, *Nagase* e *Torii*. Destaque para a figura de *Rioichi Yassuda*, enviado pelo Ministério da Agricultura do Japão para estudar as condições do Brasil com relação à imigração e que acabou ficando por terras brasileiras por 55 anos, falecendo em 1961, sem jamais ter regressado a sua terra natal.¹³

Do outro lado do mundo, contrário a vinda de imigrantes japoneses para o Brasil, o representante diplomático brasileiro no Japão, Luiz Guimarães Filho, em carta ao Barão do Rio Branco, datada de 1907, definia o japonês como “*espião de nascença e nosso inimigo pelo sangue*”.

Divergências à parte, o fato foi que estes acontecimentos levaram a efetivação de um acordo em novembro de 1907, entre a pequena Companhia Imperial de Emigração, dirigida por *Ryo Mizuno* e o estado de São Paulo, representado por Carlos J. Botelho,

Secretário dos Negócios da Agricultura. O acordo tinha como objetivo a vinda, em caráter experimental, dos primeiros 3.000 emigrantes japoneses para o Brasil em um período de três anos. Subsidiados pelo governo paulista, estes deveriam vir em famílias de 3 a 10 elementos com idade entre 12 a 45 anos (independente do sexo) aptos para o trabalho e deveriam ser em sua maior parte, agricultores, permitindo-se a entrada de pedreiros, carpinteiros e ferreiros. Seu destino: fazendas de café do interior do estado de São Paulo. Os maiores de 60 anos só poderiam vir junto à família ou para ela se juntar. Da teoria presente na legislação à realidade vivenciada pelos primeiros imigrantes japoneses haviam muitas diferenças.

Delineava-se dessa maneira os elementos que norteariam a imigração japonesa para o Brasil em seus primeiros anos.

As primeiras levas de imigrantes japoneses foram dirigidas por companhias particulares de emigração que negociavam diretamente com o governo paulista. Exemplo disso foi a *Kôkoku Imin Kaisha* (Companhia Imperial de Emigração) dirigida por *Ryu Mizuno* e ligada ao *Tokyo Syndicate*, responsável pela introdução dos pioneiros do *Kasato Maru* em 1908 e que depois foi extinta.

Neste contexto é importante destacar a figura de mais um “pai fundador” da imigração, *Ryo Mizuno*. Suas peripécias para concretizar a vinda da primeira leva de imigrantes em 1908 se tornaram famosas. Entre elas, as dificuldades em arregimentar emigrantes no Japão, levaram a um número final que embarcou no *Kasato Maru*¹⁴, inferior ao estipulado inicialmente (mil emigrantes).

Cerca de 780 emigrantes provenientes, em sua maior parte das províncias de Okinawa e Kagoshima, se arriscaram na pioneira empreitada, sonhando com a terra dos “frutos de ouro”. O objetivo era trabalhar por um certo período, ou seja “fazer o Brasil”, amealhar uma quantia considerável de capital e depois, o mais rápido possível, retornar para “fazer o Japão”. Sonhos de *dekasegui*...

Às vésperas do embarque, *Mizuno* recebeu de um funcionário da Seção de Emigração japonesa um documento exigindo o depósito de 100.000 ienes para pagamento de taxas para liberação do navio. Pego de surpresa, pois não tinha essa quantia, ele foi atrás do dinheiro. Esse acontecimento levou ao atraso da saída do *Kasato Maru*, prevista para o dia 16 de abril de 1908. Os futuros emigrantes começam a demonstrar desconfiança e descontentamento com o atraso, muitos já começavam a ter de gastar suas economias. Com muito esforço *Mizuno* consegue arregimentar a quantia total de 80.000 ienes, sendo que 30.000 ienes foram solicitados diretamente aos emigrantes, com a alegação de que a quantia deveria ser “guardada diretamente no cofre do navio, por motivos de segurança”. O fato foi que os emigrantes foram ludibriados com esta história, já que o dinheiro não havia sido depositado em cofre algum. O não pagamento da dívida foi um dos principais fatores que causaram uma série de problemas entre *Ryo Mizuno* e os pioneiros imigrantes japoneses após o desembarque¹⁵ em terras paulistas. A realidade começava a desconstruir o sonho...

O embarque se deu um dia antes da partida. Parte da tripulação e os emigrantes (em um total de 840 pessoas¹⁶) tiveram de ser transportados em pequenas embarcações do porto de Kobe para o *Kasato Maru*. Motivo: o cais do porto não tinha capacidade para receber um navio de grande porte como aquele.¹⁷

Enfim, no emblemático porto de Kobe aos gritos de *Banzai! Banzai!Banzai!* (“Viva!Viva!Viva!”), os emigrantes se despediam de seus parentes e de sua pátria. Ao som marcial de uma banda formada por estudantes que entoavam uma espécie de hino de despedida, sempre repetido nas partidas para o Brasil, idealizada como a “terra dos frutos de ouro” (ISHIKAWA, 2008: 95):

*“Vamos companheiros, além-mar
Para o Brasil, um país meridional...
Para a futura fortuna elaborar
Corajosos colonizadores pioneiros...”*

No dia 28 de abril de 1908, às 17:55h., o vapor *Kasato-Maru*, partia rumo ao Brasil, com cerca de onze dias de atraso. Minutos antes o deputado *Takeo Doi*, em discurso àqueles que emigravam exortava para que “*se lembrassem sempre que estando em um país estrangeiro se comportassem como lídimos representantes do Japão*” (REZENDE, 1991:55). Palavras que denotam a preocupação na manutenção de uma imagem positiva do país da cerejeiras era uma das grandes preocupações do governo japonês. Dessa forma

teve início oficialmente a imigração japonesa para o estado de São Paulo.

3. Colônias...

Sob a ótica do governo paulista e dos cafeicultores, os imigrantes japoneses eram vistos como potenciais colonos para o trabalho nas fazendas de café, situadas ao longo das estradas de ferro Mogiana e Paulista que cortavam o interior do estado de São Paulo. Sob esta lógica, a totalidade do contingente japonês deveria ser formada por agricultores, principal requisito para se poder imigrar. No entanto, esta diretriz não foi levada à risca pelas companhias de emigração japonesas, mais interessadas no lucro fácil, do que propriamente em colaborar com o projeto de emigração do governo japonês.

Desde o desembarque no porto de Santos dos primeiros imigrantes japoneses em junho de 1908, a adaptação à realidade brasileira, ou seja, das fazendas de café, não foi fácil. A alimentação diferente, a língua portuguesa usada no cotidiano era de difícil compreensão, dessa maneira os primeiros contatos com a “nova terra” causaram um certo estranhamento, tanto por parte dos brasileiros que os recebiam, como também dos japoneses imigravam.

No entanto, o desejo inicial de “fazer o Brasil” ainda era o esteio para enfrentar a dura realidade vivenciada por estes pioneiros. As relações, às vezes conflituosas, sentida pelos japoneses são um fiel retrato da mentalidade da maior parte dos fazendeiros e de seus

empregados que, pela primeira vez, contratavam mão-de-obra japonesa. Em muitas situações, os recém-chegados japoneses acabaram por não se adaptar a realidade vivenciada nas fazendas de café. Dessa forma, desde o início um sentimento de que haviam sido “enganados” tomou conta tanto dos imigrantes como também de seus contratantes (fazendeiros). Estes alegavam que boa parte dos japoneses não tinham nenhuma experiência com o trabalho agrícola e que muitas famílias abandonavam a lavoura, fugindo das fazendas em busca de melhores condições e salários em outras fazendas ou na capital paulista. Por outro lado, os desiludidos japoneses estavam descontentes, primeiro com as pouco idôneas companhias de emigração, depois com a situação presenciada em terras paulistas. O árduo trabalho na lavoura de café, associado a baixa produtividade dos cafezais, pois no período em que começaram a trabalhar (mês de julho) a colheita de café se encontrava caminhando para seu final, faziam com que as dívidas se acumulassem, distanciando cada vez mais o momento da volta. Em média uma família de três pessoas conseguia colher entre 1 saca e 1,5 saca por dia, algo bem distante do propagandeado e vislumbrado. Após os primeiros sinais de impossibilidade de concretização de seus objetivos, muitas famílias se arriscavam fugindo na escuridão da noite, deixando suas dívidas para trás e um gosto amargo de fracasso. Outros foram transferidos para outras fazendas ou vieram para a capital paulista tentar a sorte. Outro elemento que se tornou patente naqueles primeiros anos foi a precária assistência daqueles (governo japonês)

que inicialmente deveriam ampará-los. Questão que foi sendo resolvida paulatinamente durante a década de 1910.

Em 1912 o Ministro Provisório do Japão no Brasil, *Ryoji Noda*, relatava que o número de famílias japonesas desejosas a emigrar era da ordem de uma a cada mil. Como locais de preferência se encontravam o Havaí, os Estados Unidos (costa oeste), o Canadá e a Manchúria. O Brasil devido a distância e os baixos salários era considerado como segunda ou terceira opção emigratória.

Para muitos dos que imigraram nos primeiros anos essa triste realidade era uma constante. Endividados, impossibilitados de voltar a terra natal como planejado, muitos encontraram no alcoolismo, uma saída para suas tristezas e decepções. Outros, como *Shuhe Uetsuka* (1876-1935)¹⁸, considerado outro “pai fundador” no Brasil, além da bebida, encontrou na confecção de poemas em forma de *haikus*, uma maneira de aliviar a dura vida de pioneiro. Seu próprio pseudônimo ao assinar os *haikus*, *Hyoukotsu*, que significa “carcaça de cabaça” é uma metáfora dessa realidade. Ele é considerado o primeiro a escrever um *haiku* em japonês no Brasil (1908). Grande parte dos poemas que produziu, retratam de forma singela e direta a vida dos imigrantes que aqui começaram a fazer história (TORU, 2007: 44):

*“Quando a tarde chega
um choro se ouve nas sombras
Colheita de café.
Imigrantes fugidos
fustigam minha lembrança
Ah! Noite de estrelas”*

Considerações finais.

Além de preservadores da memória, narradores do tempo passado no presente, os historiadores são os “*guardiões dos fatos incômodos, os esqueletos no armário da memória social*” (BURKE, 1992: 249) na definição do historiador britânico Peter Burke. A história dos imigrantes japoneses no Brasil, principalmente sob o viés “desarmônico” dos seus conflitos, dificuldades, fracassos e contradições ainda esta por ser escrita. As interdições do *modus vivendi* dos imigrantes japoneses e de seus descendentes foram sendo cobertas a partir de narrativas (orais e textuais) que legitimaram o *esforço*, o *sofrimento* e o *sucesso* em detrimento às dificuldades enfrentadas, o fracasso e as divergências entre os imigrantes por um manto no qual o *leitmotiv* foi a noção do “ não conflito” e da construção de uma atmosfera harmônica (oni)presente na comunidade *imaginada* dos japoneses que aportaram em terras brasileiras.

Cabe as novas gerações de historiadores da imigração reavaliar esse(s) discursos(s), lançando luzes sobre as várias sombras e expondo as farpas históricas (e não *apará-las* como tem sido feito). No armário da memória social da imigração japonesa existem muitos “esqueletos” à espera daqueles que possam reavaliá-los à luz da análise histórica, contribuindo assim para levantar novos questionamentos sobre essa saga (não tão heróica...) dos japoneses e de seus descendentes no Brasil.

Notas:

¹ Apesar de pouco citada nas principais obras históricas sobre o período (Ver autores Sansom, Gluck, Reischauer, Beasley) pode-se afirmar que a política emigratória japonesa foi um dos pilares do expansionismo nipônico entre 1890-1940.

² “(...) *há uma relação do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer.*” In: ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento de sentidos*. Campinas, ed. da Unicamp, 1992. p. 12.

³ O antropólogo nipo-americano Harumi Befu propõe uma periodização histórica interessante sobre a *diáspora* japonesa, hipótese, aliás, que enfraquece a tese sobre o “isolamento nipônico” entre meados do séculos XVII e XIX: “In 2000, I presented the thesis that Japan’s *diaspora* began in the fourteenth century, about the same time as, or even before, the European worldwide expansion. I suggested that this *diaspora* be divided into three major time periods: Period I, the fourteenth century to 1854; Period II, 1854-1945; and Period III 1945 to the present”. In: BEFU, Harumi. “Japanese Transnational Migration in Time and Space. An Historical Overview”. Apud. Nobuko Adachi (Org.) *Japanese and Nikkei at home and abroad: negotiating identities in a global world*. New York, Cambria Press, 2010. p.31-32.

⁴ *Shigenobu Okuma* (1838-1922) foi Primeiro Ministro, Ministro de Assuntos Estrangeiros e fundador da Universidade de Waseda. Sua doutrina se baseava na ideia de que o Japão após se modernizar, “(...) *had a moral obligation to protect China against Western aggression and help it reform its institutions. (...) formulated in 1898, invoked Japan’s cultural debt to China and maintained that the time had come for Japan to show its gratitude by holding the West at distance (...)*” In: BÉRGÈRE, Marie-Claire., *Sun Yat-sen*. Califórnia, Stanford University Press, 1998, p. 73.

⁵ “*Japan’s victory in the Sino-Japanese War showed how far the nation had “progressed”. It was indeed a sign of a higher civilization. The popular woodblock prints of the war invariably show the Japanese soldiers as tall, pale-skinned, heroic figures, while the Chinese enemies are grotesque, cowering Asiatics with pigtailed. It is as though the Japanese suddenly belonged to a different race, one akin to Europeans.*” In: BURUMA, Ian. *Inventing Japan (1853-1964)*. New York, Modern Library Chronicles, 2004, p. 50.

⁶ “*A nação pressupõe um movimento de integração, uma “consciência coletiva” que envolve os habitantes de um determinado território. Ou, como*

nos propões Marcel Mauss, ela é uma unidade moral, mental, cultural dos habitantes que aderem conscientemente ao Estado e às suas leis. Diferentemente do Estado, no qual a coesão se estabelece por meio da força e da coerção administrativa, a nação se funda em vínculos sociais de outra natureza. Neste sentido, não há “nação” japonesa antes da Revolução Meiji; para falarmos como Hobsbawm, ela é uma “novidade histórica”. In: ORTIZ, Renato. *O Próximo e o Distante: Japão Modernidade - Mundo*. São Paulo; Brasiliense, 2000. p. 46-47.

⁷ Sobre as raízes desse projeto expansionista como uma das plataformas da decantada Restauração Meiji, ver: “*The Meiji (1868) was for Japan a momentous event. The forces for political, social, economic, and cultural change which it unleashed transformed the archaic feudal society into a modern state at a pace which still leaves historians breathless. There is a glory of achievement about it which is apt, however, to blind those who study it to the fact that, along with, the political power and prestige which it brought to its leaders, it also brought shame.*” in: CONROY, Hilary. *The Japanese Seizure of Korea: 1868-1910*. Philadelphia; University of Pennsylvania Press, 1960. p. 17.

⁸ Sobre o chamado “incidente com o vapor Tosa-Maru” (土佐丸事件) acessar: http://www.ndl.go.jp/brasil/pt/sl/sl_1.html (acessado em 3 de fevereiro de 2016)

⁹ Sobre o impacto da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) no nascente imaginário brasileiro relativo ao japonês ver as obras de referência: DEZEM, Rogério. Op. Cit. TAKEUCHI, Márcia Y. *Entre Gueixas e Samurais: A Imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)*. Tese de Doutorado em História Social apresentada na FFLCH/USP em 2009 e OKAMOTO, Monica S.. “O Brasil ‘Civilizado’ e o Japão ‘Bizarro’ na Revista *Kosmos*: Imagens contrastantes” in: Revista Patrimônio e Cultura. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 6, n. 1, p. 158-173, jun. 2010.

¹⁰ Para ver o relatório integral e original em japonês do Ministro residente *Fukashi Sugimura* acessar: http://www.ndl.go.jp/brasil/text/t014.html#SECTION_2. (Acessado em 3 de fevereiro de 2016)

¹¹ Sobre as estratégias de propaganda emigratória usadas pelas companhias japonesas para atrair candidatos a emigração para os Estados Unidos ver: YOKOTA, Mutsuko. *Tobei Imin no Kyôiko: Shioride yomu nihonjin imin shakai* (Education of emigrants to America: Japanese immigrant society as revealed in Pamphlets.) Osaka, Osaka University Press, 2001.

¹² Sob a efetiva participação de *Fukashi Sugimura* no planejamento do atentado ver as obras: CONROY, Hilary. *The Japanese Seizure of Korea: 1868-1910*. Philadelphia; University of Pennsylvania Press, 1960. pp. 310-324. McKENZIE, Frederick A.. “Chapter III – The murder of the Queen”. In: *Korea’s Fight for Freedom*. Fleming H. Revell Company, 1920. P. 51-54. *Korea and the politics of Imperialism, 1876-1910*. KIM, Eugene e KIM, Han-kyo, Berkeley and Los Angeles; University of California Press, 1967. p. 85-88.

¹³ Sobre o tema ver a obra de GOMES, Marcelo Abreu. *Antes do Kasato Maru*. Rio de Janeiro; Gráfica Macuco, 2008.

¹⁴ Símbolo maior da saga dos imigrantes japoneses no Brasil, a história do vapor *Kasato-Maru* é quase tão interessante quanto a dos próprios passageiros que ele levava em sua terceira classe.

¹⁵ Sobre o tema ver Teresa Hatue de Rezende. *Ryu Mizuno. Saga japonesa em terras brasileiras*. Curitiba, SEEC/Brasília, 1991.

¹⁶ Fonte: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/kasatomaru.php> . Site do Arquivo do Estado de São Paulo com a lista completa dos passageiros do Kasato Maru. (Acessado em 27 de janeiro de 2016)

¹⁷ Sobre o fato ver a obra de Kusumoto, Toshio. *Ijusaka – Kobe Kaigai Ijushi Annai* (Kobe, 2004).

¹⁸ Sobre a biografia de Uetsuka ver: Nomio, Toru. *O homem da mata selvagem: a saga de Shuhei Uetsuka*. São Paulo; Editora Jornalística União Nikkei, 2007.

Bibliografia:

Befu, Harumi. “Japanese Transnational Migration in Time and Space. An Historical Overview”. Apud. Nobuko Adachi (Org.) *Japanese and Nikkei at home and abroad: negotiating identities in a global world*. New York, Cambria Press, 2010.

Bérgere, Marie-Claire., *Sun Yat-sen*. Califórnia, Stanford University Press, 1998.

Burke, Peter. *A História como memória social: o mundo como teatro*. Lisboa, Difel, 1992.

Buruma, Ian. *Inventing Japan (1853-1964)*. New York, Modern Library Chronicles, 2004.

Collcutt, Martin., Jansen, Marius .B. e Kamakura, Isao. *Grandes civilizações do passado: Japão*. Espanha, Ediciones Folio, 2008

Dezem, Rogério. "Matizes do "Amarelo. A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)". São Paulo, Humanitas/USP/FAPESP, 2005

Handa, Tomoo. *Memórias de um imigrante japonês no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz Editor/Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1980

_____. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz/CENB, 1987

Ishikawa, Tatsuzo. *Sobo: uma saga da imigração japonesa*. Trad. Mônica Setuyo Okamoto/Maria Fusako Tomimatsu/Takao Namekata. São Paulo, Ateliê Editorial, 2008.

Mita, Chyoko. *Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil*. São Paulo, Humanitas/USP, 1999.

Nogueira, Arlinda R. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*. São Paulo, IEB/USP, 1973.

Ninomya, Masato. "O centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão". In: *Revista USP*, São Paulo (28), Dezembro/Fevereiro 95/96.

Nomio, Toru. *O homem da mata selvagem: a saga de Shuhei Uetsuka*. São Paulo, Editora Jornalística União Nikkei, 2007.

Rezende, Teresa Hatue de. *Ryu Mizuno. Saga japonesa em terras brasileiras*. Curitiba, SEEC/Brasília, 1991.

Okamoto, Monica S."O Brasil 'Civilizado' e o Japão 'Bizarro' na Revista *Kosmos: Imagens contrastantes*" in: *Revista Patrimônio e Cultura*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 6, n. 1, p. 158-173, jun. 2010.

Orlandi, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento de sentidos*. Campinas, ed. da Unicamp, 1992.

Ortiz, Renato. *O Próximo e o Distante: Japão Modernidade - Mundo*. São Paulo, Brasiliense, 2000.

Pollak, M. “Memória, Esquecimento e Silêncio” in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2 n. 3, 1989. p. 3-15.

Rezende, Tereza H. de. *Ryu Mizuno. Saga japonesa em terras brasileiras*. Curitiba, SEEC/Brasília, 1991. p. 55.

Sakurai, Célia. “*Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*”. Tese de doutorado em Antropologia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), 2000.

_____. *Os Japoneses*. São Paulo; Editora Contexto, 2008.

Sales, Renato. *A invenção republicana*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1991.

Takeuchi, Márcia Y. *Entre Gueixas e Samurais: A Imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)*. Tese de Doutorado em História Social apresentada na FFLCH/USP, 2009.

Yanaguida, Toshio e Alisal, Maria. D. R. *Japoneses en America*. Madrid, Editorial Mapfre, 1992.